



TCE EM PAUTA

ANO XVIII - Nº 87

NATAL/RN

MARÇO E ABRIL DE 2012

FALE, CRITIQUE E PARTICIPE. OUVIDORIA DO TCE: 0800-281-1985



Jorge Filho

MINISTRO DO TCU FISCALIZA OBRAS DA COPA EM NATAL

VALMIR CAMPELO E ASSESSORES VISITAM OBRAS E REALIZAM INTERCÂMBIO COM TÉCNICOS DO TCE, VISANDO À TROCA DE EXPERIÊNCIA E A CONSTRUÇÃO DE PARCERIAS QUE OTIMIZEM A FISCALIZAÇÃO DAS OBRAS PREVISTAS PARA A COPA 2014

PÁGS. 4 E 5

CONTABILIDADE
NOVAS REGRAS APLICADAS AO
SETOR PÚBLICO

PÁGINA 6





AÇÃO EFICAZ

O Tribunal de Contas deu mais um tiro certo ao acatar pedido do Ministério Público do Contas, em abril de 2011, e pedir a suspensão do contrato entre a Prefeitura do Natal e a empresa pernambucana Instituto de Tecnologia, Capacitação e Integração Social (ITCI) para ações de combate à dengue em Natal. À época, o procurador Luciano Ramos apontou uma série de irregularidades no contrato de prestação de serviço. A rápida atuação do TCE evitou sangria

nos cofres públicos de R\$ 8,1 milhões.

Na semana de 08/04, a revista Veja trouxe reportagem mostrando o envolvimento da mesma Organização, usando outra razão social, em provável esquema de desvio de recursos da saúde pública na cidade do Rio de Janeiro.

O procurador Luciano Ramos chama a atenção para o fato de a OSCIP ITCI ainda estar cobrando R\$ 2 milhões da prefeitura do Natal por menos de um mês de execução de um contrato eivado de vícios.

APOSENTADORIAS POR INVALIDEZ

O TCE vai rever os processos de servidores públicos aposentados por invalidez. A Emenda Constitucional 70, recentemente aprovada pelo Congresso Nacional, beneficia aqueles que ingressaram na carreira até o fim de 2003. O texto dá prazo de 180 dias para a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, com suas respectivas autarquias e fundações, procederem a revisão das aposentadorias por invalidez permanente e pensões delas decorrentes, concedidas a partir de 1º de janeiro de 2004 a seus servidores.

SERVIDOR PÚBLICO

O governo congelou 1.469 nomeações até que os três fundos de previdência complementar do funcionalismo sejam homologados. O prazo para que o novo sistema entre em vigor pode levar até 180 dias. A presidenta Dilma Rousseff tem até 15 dias para sancionar a proposta, aprovada quarta-feira pelo Senado.

A suspensão das contratações foi anunciada no último dia (30/03) pelo ministro da Previdência, Garibaldi Alves Filho. Enquanto isso, a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, anunciou que o governo vai abrir concurso público para o cargo de analista técnico de Políticas Sociais.

PRECATÓRIOS 2

O voto do relator também pede que seja feita a “notificação às pessoas jurídicas estadual e municipais para que verifiquem eventuais valores pagos indevidamente nos processos de precatórios e requisições de pequeno valor.”

IMORTAL

O Coordenador de Comunicação Social do TCE, João Batista Machado, é candidatíssimo à imortalidade. O jornalista deverá ocupar uma das três cadeiras vagas da Academia Norte-rio-grandense de Letras. A meta da instituição é preencher os lugares deixados por João Batista Cascudo Rodrigues, América Rosado e Enélio Petrovich ainda neste primeiro semestre.

Machado, candidato à imortalidade



PRECATÓRIOS 1

O Conselheiro Carlos Thompson Costa Fernandes, relator do processo que apura irregularidades no pagamento de precatórios judiciais no Tribunal de Justiça do Estado, recomendou ao órgão judiciário que daqui para frente, na atualização dos cálculos, quando do efetivo pagamento dos precatórios e requisições de pequeno valor, seja observada a Tabela da Justiça Federal, inerente aos pagamentos relativos às requisições originadas de ações condenatórias em geral.



Conselheiro Carlos Thompson relatou processo relativo aos precatórios

TCE EM PAUTA

COMPOSIÇÃO DO TCE

CONSELHEIROS

Presidente
Valério Alfredo Mesquita

Vice-Presidente
Tarcísio Costa

Presidente da 1ª Câmara
Carlos Thompson da Costa Fernandes

Presidente da 2ª Câmara
Paulo Roberto Chaves Alves

Corregedoria Geral
Maria Adélia de Arruda Sales Sousa

Conselheiro
Renato da Costa Dias

Conselheiro (convocado)
Marco Antônio de M. R. Montenegro

AUDITOR

Cláudio José F. Emerenciano

SECRETÁRIO-GERAL

Laércio Segundo de Oliveira

CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Jaime Mariz Neto

SECRETÁRIA DE CONTROLE EXTERNO

Michely Gomes de Araújo Tinoco

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCE

Procurador-Geral
Thiago Martins Guterres

Procuradores
Carlos Roberto Galvão Barros
Luciana Ribeiro Campos
Luciano Silva Costa Ramos
Othon Moreno de Medeiros Alves
Ricart César Coelho dos Santos

EXPEDIENTE

Coordenador de Comunicação Social
João Batista Machado

Editor
Eugênio Parcella

Repórteres
Andréia Moraes
Graciêma Maria Carneiro
Rosalie Arruda Câmara

Revisão
Luan Araújo de Carvalho

Fotos
Jorge Filho

Projeto Gráfico e Diagramação
Terceirize (84) 3211-5075

Impressão
Solução Gráfica - 3613-0616

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Av. Getúlio Vargas, 690 - Petrópolis - Natal/RN - CEP. 59.012-360
Telefone/Fax (84) 3642-7278
Site www.tce.rn.gov.br E-mail tce-ccs@rn.gov.br

MUDANÇA

TCE IMPLANTA PROCESSO ELETRÔNICO

O Tribunal de Contas do Estado se prepara para implantar, de maneira definitiva, o processo eletrônico, como forma de aprimorar o desempenho do órgão no cumprimento das metas estabelecidas pela Presidência para este ano. O plano de implementação prevê que todos os novos processos, a partir de maio de 2012, sejam eletrônicos. Para isso, os gestores e diretores serão orientados a adotar a prática e evitar ao máximo o envio de processos físicos para que o trabalho de digitalização no ato do recebimento seja reduzido.

O desenvolvimento do processo eletrônico vem sendo executado desde outubro de 2011, quando foi instaurado na Diretoria de Atos e Execuções – DAE um projeto piloto como maneira de testar sua aplicabilidade. Segundo o diretor de Informática do TCE (DIN), Paulo Roberto Oliveira de Melo, “a necessidade de digitalizar os processos do Tribunal de Contas surgiu com o empenho da Presidência em otimizar seu tempo de análise e diminuir significativamente o número de processos em tramitação no TCE”.

As vantagens do processo virtual também se aplicam a outros aspectos. O espaço que ocupam, por exemplo, as várias pilhas e estantes de processos, agregados em diversos volumes, será disponibilizado para outras funções. “Estamos em uma das áreas mais valorizadas de Natal. Ocupar salas inteiras com processos é um gasto enorme, principalmente quando esses mesmos documentos podem estar armazenados nos servidores da DIN”, afirma Paulo.

Outro benefício a favor da implantação da tecnologia é a diminuição dos custos com papel, capa e etiqueta, que passam a ser alarmantes quando se considera a entrada de 600 novos processos por mês, juntando-se aos 26 mil já existentes nas instalações do TCE. A digita-



Paulo Roberto, diretor da DIN, explica aos servidores como funcionará o processo eletrônico

lização também evita o extravio de apensados, problema que foi detectado durante o inventário realizado em janeiro deste ano.

IMPLANTAÇÃO

É importante salientar que a digitalização não acontecerá em todos os setores. Apenas os processos que se encontram na Diretoria de Expediente e na Diretoria de Controle Externo, além dos demais processos que não passaram pelo Ministério Público – MPJTCE, serão convertidos em eletrônicos. Os processos físicos que foram digitalizados continuarão estocados no TCE até seu julgamento e, então, devolvidos ao órgão competente.

Visando orientar o pessoal, a Escola de Contas realizou, entre os dias 19 e 21 de março, um curso de capacitação interna voltado aos servidores das diretorias da área meio, controle externo, gabinetes de conselheiros e MPJTCE. O treinamento tratou desde o conceito do novo método até as funcionalidades e mudanças acarretadas para o Tribunal.

Durante o curso, o instrutor mostrou aos servidores que o processo eletrônico, diferentemente do tradicional, não se deslocará entre os setores do TCE. Ele ficará fixo nos computadores centrais do Tribunal e o que caminha é a responsabilidade por agir no processo. Isso significa dizer que todos terão acesso ao documento, mas é preciso que a diretoria responsável por analisá-lo naquele estágio modifique o arquivo e o encaminhe para a próxima etapa.

A tecnologia do processo digital também traz outras mudanças, que não só a digitalização dos autos. A Comunicação Eletrônica, por exemplo, será, a partir de julho de 2012, o novo meio de troca de informações entre o Tribunal de Contas e seus jurisdicionados.

Para dar a mesma segurança e credibilidade aos processos e evitar que eles estejam suscetíveis a fraudes e falsificações, a DIN desenvolveu o Certificado Digital. A assinatura eletrônica será concedida somente aos diretores de cada departamento para autenticar os documentos emitidos por cada setor do TCE.

FISCALIZAÇÃO RESULTA EM ECONOMIA DE R\$ 100 MILHÕES

O Tribunal de Contas do Estado efetuou ações que representaram uma economia equivalente a R\$ 100 milhões no orçamento do Rio Grande do Norte nos últimos cinco anos. O levantamento foi realizado pela Secretária de Controle Externo do TCE, Michely Gomes de Araújo Tinoco, a partir de dados fornecidos pelos diversos setores responsáveis pela fiscalização das contas dos jurisdicionados. “Este valor é bem mais que o orçamento anual do TCE, estipulado em R\$ 49 milhões”, afirmou.

Só no ano passado, a economia aos cofres públicos foi de R\$ 39.075.215,66. As multas e ressarcimentos em decisões plenárias somaram R\$ 6,2 milhões. Desses, R\$ 1.649.242,00 foram multas aplicadas e R\$ 4.601.580,00 de ressarcimento ao erário e R\$ 32.824.393,66 de processos cautelares, sendo R\$ 11.531.571,95 originados na Diretoria de Assuntos Municipais (DAM), R\$ 10.712.486,91 da Inspeção de Controle Externo (ICE) e R\$ 10.580.334,80 oriundos da Diretoria de Administração Direta (DAD). Nos últimos cinco anos, os votos de ressarcimentos e multas somaram R\$ 48.351.815,25 e R\$ 1.170.363,58, respectivamente.

A Corte de Contas, até recentemente, não dispunha de um controle efetivo sobre estes valores, que também é uma forma de dar um retorno à sociedade sobre o trabalho que é executado e os resultados obtidos. “O TCE está começando a agir de forma preventiva. Estamos desenvolvendo programas no sistema de forma a facilitar a contabilização destes dados”, disse a secretária.

O TCE é responsável pela fiscalização das contas públicas, originando pareceres com análises do corpo técnico e do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas - MPJTCE, que passam pela avaliação e voto dos conselheiros no Plenário, na Primeira e Segunda Câmaras de Contas. Após o trânsito em julgado, as decisões proferidas pela Corte de Contas passam a ter eficácia de título executivo judicial. O débito é inscrito na Dívida Ativa do Estado, através da Procuradoria Geral do Estado - PGE ou Dívida Ativa do Município, dependendo do Jurisdicionado.



FISCALIZAÇÃO

MINISTRO DO TCU VISITA

Natal foi a quinta cidade-sede da Copa do Mundo a ser visitada pelo Ministro do Tribunal de Contas da União – TCU, Valmir Campelo, com objetivo de acompanhar o desenvolvimento das obras que estão sendo realizadas com vistas à Copa, além de promover um intercâmbio com os técnicos responsáveis pela fiscalização. Em 2011, o relator das obras da Copa esteve no Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Manaus e Salvador. “Até o momento, mais de 60 processos relacionados à Copa do Mundo foram analisados pelo TCU sem que nenhuma obra fosse paralisada. Com esse trabalho, conseguimos economizar R\$ 500 milhões aos cofres públicos”, disse Valmir Campelo.

A Governadora Rosalba Ciarlini recebeu o Ministro do TCU e 14 Conselheiros entre Presidentes e Relatores das obras da Copa dos Tribunais de Contas de Pernambuco, Ceará, Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Norte. A visita foi acompanhada pelo Secretário Estadual da Copa, Demétrio Torres; a Secretária Estadual de Infraestrutura, Kátia Pinto; o Chefe do Gabinete Civil, Anselmo Carvalho; e pelos representantes da Prefeitura, o Procurador do Município Bruno Macedo, e da Assembleia Legislativa, o Deputado Gustavo Carvalho. Do TCE/RN, além do Presidente Valério Mesquita e do Conselheiro Relator das obras da Copa no estado, Carlos Thompson Fernandes, participaram da reunião os conselheiros Tarcísio Costa, Paulo Roberto Alves, o conselheiro convocado Marco Montenegro e o Procurador-Chefe do MPJTCE, Thiago Guterres.

As obras de mobilidade urbana no Rio Grande do Norte estão orçadas em R\$ 400 milhões. A obra da Prudente de Moraes está sendo realizada com recursos próprios do governo. Já a ampliação da Avenida Engenheiro Roberto Freire e o acesso ao Aeropor-



Acompanhado pelo presidente do TCE, Valério Mesquita, o ministro do TCU, Valmir Campelo, foi recebido pela governadora Rosalba Ciarlini

to de São Gonçalo do Amarante dependem de repasses da Caixa Econômica Federal, os quais ainda não foram realizados. Segundo a governadora, a readequação dos projetos de acessibilidade em Natal acabou atrasando o início das obras. Mesmo assim, Rosalba garante entregar o estádio Arena das Dunas com 60 dias de antecedência. A conclusão da obra está prevista para dezembro de 2013.

Depois da reunião, o Ministro Valmir Campelo, o Presidente do Tribunal de Contas do Estado, Valério Mesquita, e demais autoridades foram visitar as obras do Arena das Dunas. “Esse é um momento de interação e sincronização técnica entre os Tribunais de Contas e órgãos responsáveis por fazer a fiscalização de todas essas obras”, comentou Valério.

EM SÃO GONÇALO DO AMARANTE, ELOGIO AO MODELO DE PPP

O ministro do Tribunal de Contas da União visitou as obras do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante no Rio Grande do Norte. Valmir Campelo elogiou o modelo de concessão que viabilizou a construção do Aeroporto. O projeto do modelo de parceria público-privada do terminal aeroportuário foi relatado por ele no Tribunal de Contas da União. O ministro considerou um caso de “sucesso”. “Foi um êxito absoluto”, definiu. “Venho acompanhando a questão deste aeroporto desde o início. O Brasil deverá, também em outros setores, copiar o modelo de concessão que foi aplicado aqui”, afirmou

o Ministro.

Valmir Campelo lembrou a atuação do TCU na correção do preço-base para construção do aeroporto, passando de R\$ 2 milhões para R\$ 58 milhões, ainda antes da definição do modelo de concessão ao que foi submetido o terminal localizado na grande Natal. O direito de construção, exploração e manutenção do aeroporto terminou sendo arrematado em leilão realizado no mês de agosto de 2011, pelo valor de R\$ 170 milhões. O lance vencedor foi dado pelo consórcio Inframérica, formado pelo Grupo Engevix e pelo argentino Coporación América.

OBRAS DA COPA EM NATAL

“QUEREMOS QUE O BRASIL TAMBÉM SEJA CAMPEÃO DA TRANSPARÊNCIA”

“Queremos que a Copa saia da melhor forma possível. Esperamos que o Brasil seja campeão não apenas da competição, mas também campeão da transparência, da honestidade”. A frase é do ministro do Tribunal de Contas da União – TCU, Valmir Campelo, no início do Encontro de Cooperação Técnica entre Tribunais de Contas, realizado ontem a tarde no plenário do TCE/RN, falando para conselheiros e técnicos dos tribunais de contas do Nordeste que sediarão os jogos em 2014, sobretudo estados que estão trabalhando com as chamadas PPPs – Parcerias Público e Privada. Hoje, às 08h30, o Ministro e comitiva estarão visitando as obras do Aeroporto de São Gonçalo.

O encontro teve como objetivo consolidar o acordo de cooperação técnica



A comitiva conheceu detalhes do projeto Arena das Dunas em visita *in loco*

entre o TCU e os TCE's, de forma a uniformizar e otimizar os procedimentos de fiscalização das obras que estão sendo executadas com vistas à realização da Copa no Brasil. “Não tem fundamento apenas o TCU ser forte. Fazemos parte de um sistema de contas que deve trabalhar de forma integrada. Em verdade, está em jogo o fortalecimento do sistema de controle externo”, ressaltou Valmir Campelo.

“O TCU não está como um criador de casos, e sim para colaborar. A Copa não é um evento do Governo, sim do Brasil”, enfatizou o Ministro, lembrando que por todos os estados por onde passou, é abordado pela imprensa com questionamentos sobre possíveis irregularidades nos contratos referentes às obras da Copa. Para ele, “em princípio, todo mundo é honesto, até que me prove o contrário”,

por isso a abertura do TCU para conversar com integrantes do Governo e com os Tribunais de Contas estaduais e municipais, na perspectiva de um trabalho preventivo e educativo. “Antes de punir, entendendo que devemos educar, mas, se houver irregularidades, vamos punir dentro das normas legais”, disse.

Valmir Campelo lembrou as atribuições dos TC's no controle das ações preparatórias para a Copa. O TCU é responsável pelo acompanhamento da gestão do evento pelo Ministério do Esporte, fiscalização de obras de portos e aeroportos, acompanhamento das medidas adotadas pelo BNDES, Caixa e BNB para financiamento de obras. A fiscalização da legalidade das licitações e da execução dos contratos de obras de arenas e de mobilidade urbana fica a cargo dos tribunais estaduais e municipais. Para o Ministro, “o que mais me preocupa é o que vai ficar”, lembrando que as obras da saúde, de infra-estrutura e mobilidade urbana representarão o desenvolvimento herdado para cada cidade.

No caso das Parcerias Público-Privadas (PPP), a competência é do TCE para verificar a legalidade da contratação e da execução dos contratos. O TCU, neste caso, pode subsidiar a atuação dos Tribunais, no âmbito dos acordos de cooperação.

Anfitrião do encontro, o presidente do TCE, conselheiro Valério Mesquita, destacou a importância do encontro e da integração dos Tribunais, como forma de fortalecer o controle externo. Logo após a primeira parte do evento, composta da apresentação do Ministro e do presidente do TCE-RN, foi iniciada uma reunião com técnicos dos Tribunais de Contas da União e dos estados e municípios da Bahia, Pernambuco, Ceará e Minas Gerais, sob a coordenação do conselheiro relator dos processos da Copa no RN, Carlos Thompson Fernandes. O objetivo da reunião, disse Thompson, foi possibilitar uma troca de experiências sobre as ações de controle realizadas pelos tribunais.



Em São Gonçalo do Amarante, elogios ao modelo de concessão que viabilizou a construção do aeroporto

IMPLEMENTAÇÃO

NOVA CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

Padronizar os procedimentos contábeis nos três níveis de governo, com o objetivo de consolidar as contas a nível nacional, como estabelece a Lei Complementar nº 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, com base no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público-PCASP; elaborar demonstrações contábeis padronizadas, proporcionando, desta forma, maior transparência das contas públicas. Estes são alguns dos objetivos das novas normas de contabilidade que começam a ser aplicadas em todo o País, como resultado de um grande debate que vem sendo efetivado em âmbito nacional.

Segundo o contador do Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte, Luiz Fabra Laffitte, as discussões vêm acontecendo desde 2008 com a criação dos Grupos Técnicos de Procedimentos Contábeis-GTCon, de Padronização de Relatórios-GTRel e de Sistemas-GTSis, pela Secretaria do Tesouro Nacional-STN, dos quais participam vários órgãos, inclusive os Tribunais de Contas, tendo como um de seus principais objetivos atender o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal e o fenômeno da globalização, em um momento em que o Brasil transformou-se em um país de destaque no cenário internacional, sobretudo nos aspectos econômicos e sociais. “Antes, cada município, estado e a federação tinham seu Plano de Contas e Sistema de Informática, com a implantação da nova Contabilidade, todos terão um mesmo Plano de Contas, padronizando, desta forma, todo o Sistema Contábil, o que viabilizará a consolidação das contas públicas.

Uma das mudanças prioriza o controle do patrimônio público, que na realidade é o grande foco da contabilidade, que a exemplo da iniciativa privada, passará a depreciar, avaliar e reavaliar todos os seus bens. “Antes, não era assim”, ressalta Laffitte, acrescentando que as



Contador do TCE, Luis Laffitte, acompanha as mudanças do setor

Com a implantação da nova contabilidade, todos terão um mesmo Plano de Contas, padronizando desta forma todo sistema contábil."

ações tratam ainda de questões como transparência administrativa e controle de gestão, entre outras informações que foram sistematizadas e disponibilizadas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público-MPASC disponibilizado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN para todo o país.

Para Laffitte, agora, o maior desafio é mudar a cultura adquirida ao longo do tempo nos órgãos públicos. A criação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, as NBCT 16, instituídas pelo Conselho Federal de Contabilidade-CFC, como a padronização dos procedimentos contábeis, pela Secretaria do Tesouro Nacional, começam a serem adotadas este ano, mas o prazo final de implantação nos três níveis de governo é 2014. Através da Portaria nº 828, de 14 de dezembro de 2011, do Ministério da Fazenda, foi estabelecido que cada ente da Federação divulgará, em meio eletrônico de acesso público e ao Tribunal de Contas ao qual esteja jurisdicionado, até 30 de junho de 2012, prazo reestabelecido pela Portaria nº 231, de 29 de março de 2012, do Ministério da Fazenda, os Procedimentos Contábeis Patrimoniais e Específicos adotados e o cronograma de ações a adotar até 2014, com vistas à adoção da implantação da Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

No âmbito do Tribunal de Contas, Laffitte informa que a presidência autorizou a formação de uma comissão para fazer o acompanhamento da implantação desses procedimentos. A princípio, informou que a Secretaria do Tesouro Nacional está promovendo, por região, cursos de formação de multiplicadores, dos quais instrutores da Escola de Contas do TCE deverão participar, ficando, desta maneira, capacitados a ministrar cursos para nossos técnicos, assim como para os jurisdicionados.

FÓRUM

PROCURADOR PROPÕE MUDANÇAS NA LEGISLAÇÃO

Uma das estratégias de combate à corrupção passa pela normatização dos procedimentos. Neste sentido, para uma melhor atuação, os Tribunais de Contas deveriam se debruçar na atualização de Leis como a 8.666, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. A opinião é do procurador geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte, Thiago Guterres, enfatizando que “há uma incompletude na legislação, o que possibilita uma grande margem de manobra onde os gestores podem atuar”.

Thiago Guterres ministrou a palestra “Pagamentos da Administração Pública como foco de corrupção: a solução da ordem cronológica” no Fórum Nacional dos Procuradores do Ministério Público de Contas, na tarde de quarta-feira, 14 de março. Para ele, há uma disparidade entre a realidade e a norma jurídica, fato que precisa ser visto pelos tribunais. “A solução passa pelo enfrentamento dessas dificuldades. O TCE tem um papel importante na definição desses conceitos, formando jurisprudência, acompanhando e fiscalizando o cumprimento da ordem”, ressaltou, enfatizando ainda que “feito o controle, os resultados irão aparecer”.

Um dos problemas relatados pelo procurador diz respeito à ordem cronológica, ou seja, a definição de prazo para o cumprimento das exigibilidades previstas no contrato e efetuação dos pagamentos. “A ordem cronológica não é respeitada”, relatou, apontando este problema como um fato que pode contribuir com irregularidades. “A corrupção pode ocorrer de várias formas, desde o pagamento de propina para liberação de pagamento até o tráfico de influência e o uso de moeda podre em época de campanha”, disse,



Procurador-geral do MPJTCE, Thiago Guterres, defende mudanças na legislação

lembrando que, às vezes, os editais trazem regras e exigências que dificultam a participação de empresas honestas, desrespeitando valores constitucionais fundamentais como moralidade administrativa, princípio da isonomia e princípio da impessoalidade.

FISCALIZAÇÃO DO 3º SETOR

Qualquer instituição que receba algum benefício do governo, tais como a isenção de algum tributo, torna-se passível de fiscalização por parte do Tribunal de Contas. A informação foi do procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte, Luciano Silva Costa Ramos, que ministrou a palestra “Controle Externo do 3º Setor”, na quarta-feira, 14 de março à tarde, no Fórum Nacional dos Procuradores do Ministério Público de Contas, realizado no auditório do TCE-RN. Para o procurador, “o terceiro setor é uma realidade necessária para a sociedade. Trata-se de uma forma de participação popular junto ao Governo”, disse.



Procurador Luciano Ramos informa sobre fiscalização do terceiro setor

Com uma boa dose de humor, Luciano Ramos iniciou sua palestra sugerindo um pacto: que todos ali presentes se despissem de preconceitos sobre o terceiro setor, de suas ideologias e se a atuação dessas organizações é boa ou ruim, já antecipando o turbilhão de críticas que o tema poderia suscitar. “Estas organizações existem, isso é fato. E a sociedade precisa se envolver em assuntos que sejam de interesse público”, argumentou, fazendo um discurso equilibrado com conceitos e apresentando a legislação relativa a este setor no país. “Existem muitos méritos no trabalho das organizações da sociedade civil. Cabe a nós, enquanto representantes do Ministério Público, controlar os deméritos”, enfatizou.

“O grande problema é que muitas vezes utilizam o terceiro setor como estratégia de captação de recursos para um determinado propósito e isso termina desvirtuando a natureza do trabalho proposto”, disse, acrescentando que “na sociedade existem as pessoas físicas, as

jurídicas e as cítricas. Nesta última ficam os laranjas”, relatou, lembrando ainda que, muitas vezes, utilizam as organizações sociais como estratégia de fuga do controle exercido por órgãos legitimados para este fim. Neste sentido, o debate do tema e o aperfeiçoamento da fiscalização neste setor começam a ser pauta dos tribunais “na busca do aperfeiçoamento desses mecanismos”.

O procurador Luciano Ramos lembrou que a atuação de instituições de cunho assistencialista e social remete aos primórdios da história do Brasil, com o trabalho das Santa Casas de Misericórdia e hoje estas organizações atuam em áreas abrangentes e diversificadas, como educação, saúde, segurança, meio ambiente, cultura e outras. Uma boa parte do debate focou a questão das Unidades de Pronto Atendimento de Saúde, mais conhecidas como UPAs, executadas via contrato entre o poder público e organizações da sociedade civil. Em muitos desses contratos foram averiguadas irregularidades que comprometem o serviço.

Luciano Ramos disse que já existe uma regulamentação federal deste setor, mas os estados ainda não definiram os seus sistemas. Há uma série de limites que precisam ser respeitados para o funcionamento de uma organização social, o que está previsto nas leis de nº 9637/98 e 9790/99, que tratam das ONGs e OSCIPs. Entre os requisitos previstos para o funcionamento enquanto organização social, lembrou que a Lei determina que entre 20 e 40% dos técnicos que compõem o Conselho de Administração seja do setor público. “Estas organizações devem obedecer a todos os princípios da administração pública e seus limites. Caso contrário, tornam-se uma bela roupa para a corrupção”, disse.

DE NÓ EM NÓ... A PERFEIÇÃO!

Texto de Maria de Lourdes Gadelha Simas
Assessora no gabinete do conselheiro Renato Dias

Tudo começou quando eu tinha uns 10 anos. Achava lindo minha avó materna Joaninha fazer crochê, uma paraibana muito habilidosa. Até que um dia ela perguntou se eu queria aprender. Daí começou meu interesse por trabalhos manuais. Hoje faço crochê e ponto cruz, que aprendi com minha amiga Christianne. No ano passado, fizemos um grupo que, toda segunda-feira à tarde, se reúne para fazer macramê.

Eu, Christianne, Ilca e Isabela nos reunimos para aprender macramê com a professora Dayse Trindade, mãe de Christy, que por sinal tem mãos de fada no trabalho manual. Além de aprender, tomamos aquele lanche e jogamos conversa fora, tornando o encontro uma terapia manual.

Épocas atrás, cheguei a fazer conjuntos de toalha com ponto de cruz para vender. Algumas amigas que viam o trabalho achavam bonitas e encomendavam. Nada como meio de vida, mas sim pra encher meu tempo e dar como presentes. Quando vou ganhar um neto, também faço algumas toalhinhas para o enxoval (coisas de avó).

Hoje estou encantada com o macramê (significa nó), que é uma criação árabe, uma técnica trançada manualmente, onde quase não se usa agulhas e sim as mãos, utilizando os dedos para fazer laçadas e nós. Para dar início a um trabalho, utilizamos a agulha de crochê só para fazer as franjas. Um dos pontos usados, chamamos "fetonê", podendo diversificar trabalhos em toalhas, cintos, pulseiras, etc...

Uma perfeição. Tenho vontade de ficar com todas as peças que termino, mas já cheguei a dar uns de presentes. Bem, com isso estou me preparando para a velhice, ou seja, a melhor idade, pois não tenho tempo de envelhecer. Quero externar sempre jovialidade como fazia a minha mãe e como é a minha professora Dayse Trindade.

É preciso ocupar a mente para que o Alzheimer não ocupe a nossa vida.

